

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

140 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 24 a 28/10/2022

1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PE	1
BUDG	1
BUDG e ECON	1
EMPL	1
AGRI	1
2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR CONFERÊNCIA FUTURO DA EUROPA	2
3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR GCPC EUROPOL	2
4. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PERITOS SOBRE A RECUPERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA UCRÂNIA	3
5. AGRESSÃO RUSSA NA UCRÂNIA - ENTREVISTA DO SG DA NATO	3
6. MIGRAÇÕES - DESENVOLVIMENTOS	4
7. FIT FOR 55 - ACORDO SOBRE EMISSÕES DE CO2 NO SETOR AUTOMÓVEL	5
8. BCE TAXAS DE JURO	5
9. MEDIDAS DE POUPANÇA DE ENERGIA NOS ESTADOS-MEMBROS	5
10. COMISSÃO EUROPEIA COMÉRCIO DE ARMAS	5
11. COMISSÃO EUROPEIA PAGAMENTOS IMEDIATOS	6
12. COMISSÃO EUROPEIA NORMAS PARA AR E ÁGUA MAIS LIMPOS	6
13. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Ambiente)	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia	7
14. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PE

BUDG

Os membros da Comissão dos Orçamentos adotaram um [parecer legislativo sobre a alteração à Decisão dos Recursos Próprios da UE](#). Este é um passo importante para a introdução de três novas fontes de receitas: receitas de comércio de emissões, recursos gerados pelo mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras e parte dos lucros das multinacionais que serão reafetados aos Estados-Membros da UE ao abrigo do recente acordo OCDE/G20. O deputado José Manuel Fernandes (EPP, PT), co-relator, referiu sobre este parecer que «*Com este relatório direto, a Comissão dos Orçamentos apoia a proposta da Comissão de um cabaz de novas receitas. Trata-se de um pacote bem equilibrado, de acordo com as prioridades políticas da UE. O Conselho não deve perder tempo na adoção desta peça de legislação crucial. Precisamos dele para pagar a dívida do Fundo de Recuperação sem ter de cortar o orçamento no futuro, porque sem novos recursos próprios, teremos de cortar o orçamento em 15 mil milhões de euros por ano.*».

BUDG e ECON

A Comissão dos Orçamentos e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários [adotaram a inclusão de medidas RePowerEU nos planos nacionais de recuperação para promover a independência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição ecológica](#). De acordo com o texto adotado, os Estados da UE que apresentarem um plano de recuperação e resiliência alterado após a entrada em vigor desta proposta deverão incluir medidas para poupar energia, produzir energia limpa e diversificar o abastecimento energético, tal como previsto no plano RePowerEU. Os deputados do PE alteraram a proposta para assegurar que os novos capítulos do REPowerEU incluam medidas para reduzir as vulnerabilidades energéticas que possam afetar as próximas estações de inverno. As novas regras abrangeriam medidas com início a partir de 1 de fevereiro de 2022.

EMPL

[A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais ouviu o antigo Chefe de Políticas Públicas da Uber, Mark MacGann, sobre as antigas práticas de lobbying da empresa e discutir como os direitos dos trabalhadores europeus têm sido afetados](#). Os deputados questionaram sobre formas de trabalho nas plataformas sem perda de direitos ou dignidade, práticas ilegais de *lobbying* da Uber e a sua imitação por outras plataformas, rastreamento de dados pessoais dos trabalhadores e sua divulgação por parte da Uber, mas também sobre a quebra da justiça social europeia no quadro atual e formas de abolir o falso emprego próprio. O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

AGRI

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural [adotou um projeto de resolução sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE - Rumo a zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas até 2040»](#). Foi sublinhado o papel fundamental das zonas rurais e a necessidade de medidas imediatas da UE e nacionais adaptadas às zonas rurais. Sublinhou-se assim não só o papel central das zonas rurais e os desafios que enfrentam, como a necessidade de um melhor financiamento e de forma mais dedicada a partir de fundos da UE e um envolvimento dos cidadãos. Foi relatora desta resolução a deputada Isabel Carvalhais (S&D, PT).

2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | CONFERÊNCIA FUTURO DA EUROPA¹

Teve lugar no dia 26 de outubro a [reunião interparlamentar subordinada ao tema «Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa \(CoFE\) e o papel dos Parlamentos nacionais \(PN\) na União Europeia»](#) organizada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu. A reunião foi presidida por Salvatore De Meo, Presidente da Comissão AFCO, contando com a participação de Guy Verhofstadt, Deputado ao Parlamento Europeu, que anunciou a realização de um evento de seguimento com os cidadãos, a realizar no dia 2 de dezembro, no PE, considerando que todas as componentes da CoFE (nomeadamente os Parlamentos nacionais) deveriam participar. Acrescentou, ainda, que o PE tinha adotado, no dia 9 de junho, uma [resolução](#) para se avançar com uma alteração aos Tratados, considerando que cabe agora ao Conselho avançar com a respetiva Convenção, nos termos do artigo 48.º do Tratado. Participou também a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Dubravka Šuica, que destacou a responsabilidade desta instituição em dar seguimento às conclusões apresentadas, realçando que no PTCE para 2023 já constavam muitas das medidas elencadas pela CoFE e anunciando que iria ser constituído um painel de cidadãos, já em dezembro, para se debater o desperdício alimentar na UE, colocando assim os cidadãos no processo de tomada de decisão.

Para lançar o debate, interveio o Deputado da Câmara dos Deputados checa, Jan Berki, que referiu o papel moderador da Presidência checa no processo de alteração dos Tratados mas que, sem objetivos claros, não seria possível avançar nem se deveria pressionar este tema por ser contraproducente, e ainda Magnus Berntsson, Deputado do Parlamento sueco, que destacou a importância dos Parlamentos nacionais no processo de tomada de decisão mas não acreditava que este fosse o momento adequado para se alterar os Tratados, uma vez que o equilíbrio institucional não carecia de ser alterado.

Na troca de pontos de vista, os Deputados focaram-se no papel suplementar dos Parlamentos nacionais enquanto guardiões da subsidiariedade, na possibilidade de se avançar já com algumas medidas propostas na CoFE que não careciam de uma alteração aos Tratados, defendendo alguns Deputados que, para se dar um seguimento efetivo às propostas da CoFE, era necessário concretizar-se essa alteração; a relevância em reforçar o diálogo entre os Parlamentos nacionais e o PE; e a pertinência na alteração da unanimidade para maioria qualificada no Conselho em determinadas matérias.

Como observações finais, referiu Guy Verhofstadt que só numa Convenção era possível refletir sobre todas as temáticas suscitadas, arguindo que tal ação não queria dizer que se iria alterar os Tratados, mas apenas debater o que era preciso mudar, e Dubravka Šuica, que a Comissão Europeia não era contra a alteração aos Tratados mas os Estados-Membros estavam divididos no Conselho, pelo era necessário haver maior vontade política para se avançar nas alterações, concluindo que a Comissão pretendia aproximar-se dos cidadãos mas precisava dos Parlamentos nacionais para reproduzir junto destes esta proximidade.

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | GCPC EUROPOL²

A [11.ª Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto \(GCPC\) da Europol](#) realizou-se nos dias 24 e 25 de outubro, no Parlamento Europeu em Bruxelas. Na reunião participaram membros dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, com o objetivo de escrutinar e supervisionar as atividades da Europol, nomeadamente em matéria de direitos fundamentais. A Assembleia da República foi representada pela Senhora Deputada Cláudia Santos, Vice-Presidente da

¹ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus

² Ponto elaborado por Ana Cláudia Cruz, Assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pelo Senhor Deputado Sérgio Marques, membro da Comissão de Assuntos Europeus.

Os trabalhos, dirigidos pelo Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, Juan Fernando López Aguilar, e pelos representantes da Presidência Checa, Martin Červíček e Jaroslav Bžoch, iniciaram-se com a partilha dos resultados da reunião da Troika Presidencial e a adoção da agenda. Seguiu-se o primeiro **painel dedicado às atividades da Europol desenvolvidas entre março e outubro de 2022 e a apresentação do Projeto de Programa Multianual para 2023-2025**, pela Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, bem como das respostas aos contributos escritos das delegações. Por último, o Presidente do Conselho de Administração da Europol, Jérôme Bonet, prestou contas quanto à **atividade do Conselho entre março e outubro de 2022**, com especial foco nas funções descritas no artigo 11.º do Regulamento da Europol, e teve lugar ainda a apresentação do relatório da **Autoridade Europeia para a Proteção de Dados**, elaborado por Wojciech Wiewiórowski.

O segundo dia de trabalhos contou com um ponto sobre a **implementação do Regulamento da Europol revisto** e outro para troca de perspetivas com o Diretor Executivo Adjunto da Europol, Jürgen Ebner, relativamente às questões escritas e orais colocadas pelos Estados-Membros, tendo ainda, após o visionamento das mensagens de vídeo do Ministro do Interior da República Checa, Vít Rakušan, e da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, tido lugar um debate temático sobre o **impacto da guerra na Ucrânia na área da segurança**. Neste último debate interveio o Ministro Adjunto do Interior da República Checa, Radek Kaňa, o Diretor Executivo Adjunto da Europol, Jean-Philippe Lecouffe, e o Diretor-Geral Adjunto da Direção-Geral para a Migração e Assuntos Internos da Comissão Europeia, Olivier Onidi. Durante a troca de impressões, foram sobretudo suscitadas questões e preocupações relacionadas com as ameaças à segurança interna da UE, principalmente dos países fronteiriços com a Ucrânia, relacionadas com a proliferação de armas e o tráfico de seres humanos, nomeadamente de mulheres e crianças para exploração sexual e laboral, e o tráfico de drogas, bem como com a recolha e o tratamento de dados para fins de investigação criminal e a proteção do direito à privacidade.

4. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PERITOS SOBRE A RECUPERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA UCRÂNIA

Teve lugar esta semana a [Conferência internacional de peritos sobre a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia](#), organizada pela Comissão Europeia e a Presidência alemã do G7, em estreita coordenação com o Governo da Ucrânia.

A conferência reuniu peritos, académicos e representantes de organizações internacionais, grupos de reflexão, o setor privado e a sociedade civil, tendo sido debatida a reconstrução da Ucrânia e formuladas recomendações para o futuro, refletindo-se os trabalhos da Conferência nos esforços internacionais em curso para apoiar o país.

As declarações da Presidente da Comissão Europeia na conferência de imprensa conjunta com o Chanceler alemão e o Primeiro-Ministro da Ucrânia encontram-se disponíveis [aqui](#).

5. AGRESSÃO RUSSA NA UCRÂNIA - ENTREVISTA DO SG DA NATO

O Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, deu uma entrevista esta semana ao *Político*, disponível [aqui](#), em que - no contexto das eleições intercalares americanas do próximo dia 8 de novembro - manifestou a sua confiança de que *“haverá uma clara maioria no Congresso (na Câmara e no Senado) para um apoio significativo contínuo à Ucrânia”*. Stoltenberg advertiu que os recentes ganhos de Kyiv

no campo de batalha não teriam sido possíveis sem o apoio dos aliados da NATO. Referiu que, uma Rússia vitoriosa "*seria mau para todos nós na Europa e América do Norte, em toda a NATO, porque isso enviaria uma mensagem aos líderes autoritários - não só Putin mas também a China - de que, através do uso de força militar brutal, podem alcançar os seus objectivos*".

Nesta entrevista, o Secretário-Geral da NATO referiu-se também à China e ao seu papel nos equilíbrios geopolíticos globais, bem como à necessidade de encontrar uma abordagem da Aliança Atlântica para o seu relacionamento com este país, que foi descrito na recente estratégia de segurança americana como o desafio geopolítico mais importante para os EUA.

6. MIGRAÇÕES - DESENVOLVIMENTOS

No passado dia 20 de outubro, a Presidência checa circulou pelos Estados-Membros um documento de discussão intitulado "***Caminho a seguir no que diz respeito à solidariedade migratória da UE e ao mecanismo de resposta a crises***", que incide sobre dois elementos centrais em matéria de migrações: i) garantias de uma solidariedade previsível e adequada e ii) possível âmbito de responsabilidade flexível.

A Presidência propõe um sistema de três salvaguardas para assegurar suficiente previsibilidade, garantias, bem como flexibilidade em termos do mecanismo de solidariedade que engloba deslocalizações, apoio financeiro directo e outros apoios de solidariedade directa. Estas salvaguardas são: i) Limiar mínimo fixado para as contribuições anuais previsíveis de solidariedade; ii) Distribuição justa como chave de distribuição para o cálculo dos compromissos de solidariedade; iii) suplemento "solidariedade para com o povo" para situações em que não há garantias suficientes de realojamento (compensações de transferência do sistema de Dublin).

As primeiras análises (como [esta](#), do *Politico*), destacam o limiar mínimo fixado para as contribuições anuais previsíveis de solidariedade, que poderia ser fixado no Regulamento de Gestão do Asilo e das Migrações para reflectir as necessidades de solidariedade decorrentes dos desafios da migração. O objetivo é o de permitir um planeamento previsível para os Estados-Membros contribuintes. Forneceria também garantias mínimas em termos de solidariedade das pessoas para os Estados-Membros beneficiários. Assim sendo, e dadas as experiências passadas e recentes com exercícios de deslocalização e limites em termos de capacidades logísticas, os Estados-Membros são convidados a considerar qual poderia ser este limiar anual mínimo:

a) 5000 deslocalizações;

b) 10000 realocalizações.

Neste documento, a Presidência nota, no entanto, que estes compromissos seriam voluntários. A proposta é estabelecida no quadro da "*solidariedade flexível*", permitindo a cada país decidir se acolhe os requerentes de asilo ou oferece ajuda financeira aos países confrontados com um afluxo migratório.

Recorde-se que, ao abrigo da legislação existente, os requerentes de asilo são obrigados a apresentar os seus pedidos no primeiro país da UE em que se apresentem. Se depois se deslocarem dentro da UE, estes migrantes podem ser enviados de volta para esse primeiro país da UE. Atualmente, já estão a ser consideradas isenções para os países que enfrentam uma grande onda de migração, especialmente se a Comissão não encontrar voluntários suficientes para aceitar o nível desejado de requerentes de asilo.

O *Politico* dá, ainda, destaque às imagens das ruas de Bruxelas, junto à Comissão Europeia, onde os requerentes de asilo têm procurado abrigo nos últimos meses, disponível [aqui](#).

7. FIT FOR 55 - ACORDO SOBRE EMISSÕES DE CO2 NO SETOR AUTOMÓVEL

O Conselho da UE e o PE chegaram a um acordo político provisório sobre normas mais rigorosas de desempenho em matéria de emissões de CO2 para automóveis novos e furgonetas, com o objectivo de avançar para uma mobilidade com emissões zero. Ainda pendente de aprovação formal, os co-legisladores concordaram com:

- 55% de objetivo de redução das emissões de CO2 para automóveis novos e 50% para furgonetas novas até 2030 em comparação com os níveis de 2021;
- Objetivo de redução das emissões de CO2 a 100%, tanto para automóveis novos como para furgonetas, até 2035.

O detalhe deste acordo está disponível [aqui](#) e esta é a **primeira proposta do pacote legislativo Fit for 55 a obter acordo político**. O *comboio legislativo* do PE sobre esta matéria está disponível [aqui](#).

8. BCE | TAXAS DE JURO

O Conselho do BCE decidiu aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 75 pontos base. Este é o terceiro grande aumento consecutivo das taxas diretoras, tendo o BCE avançado consideravelmente com a eliminação da acomodação da política monetária. O Conselho **espera continuar a aumentar as taxas de juro para assegurar o retorno atempado da inflação ao seu objetivo de 2% a médio prazo**.

A inflação permanece demasiado elevada e continuará a ser superior ao objetivo do BCE durante um período prolongado, tendo atingido 9,9%, resultante da escalada dos preços dos produtos energéticos e alimentares, estrangulamentos da oferta e recuperação pós-pandemia que impulsionaram também uma generalização das pressões sobre os preços.

O Conselho do BCE alterou ainda os termos e as condições da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas III) e, por forma a alinhar mais estreitamente a remuneração das reservas mínimas obrigatórias detidas pelas instituições de crédito junto do eurosistema com as condições do mercado monetário, decidiu que as reservas mínimas serão remuneradas à taxa de juro da facilidade permanente de depósito do BCE.

9. MEDIDAS DE POUPANÇA DE ENERGIA NOS ESTADOS-MEMBROS

A Unidade para a Governação Económica (EGOV) do Parlamento Europeu, lançou, em setembro, uma iniciativa, em conjunto com os serviços dos Parlamentos nacionais da UE, **para recolha de dados públicos disponíveis sobre poupança de energia e medidas decididas ou propostas pelos governos destinadas a famílias, empresas e administrações públicas a nível nacional**. Os resultados foram esta semana publicados e encontram-se disponíveis [aqui](#).

10. COMISSÃO EUROPEIA | COMÉRCIO DE ARMAS

Foi proposta pela Comissão Europeia uma atualização das normas da UE sobre a importação, exportação e trânsito de armas de fogo para uso civil/particular. Procura-se com esta atualização facilitar o comércio legal de armas de fogo para uso civil e reduzir a carga administrativa dos fabricantes, comerciantes e utilizadores de armas de fogo, reforçar a segurança e abordar o tráfico de armas de fogo, e permitir controlos coordenados e avaliações de risco para melhorar a sua rastreabilidade.

As normas atualizadas incluirão assim: Procedimentos claros e harmonizados; Procedimentos simplificados de importação e exportação para caçadores, atiradores desportivos e expositores; Novo sistema de licenças eletrónico da UE; Normas técnicas estritas para armas de alarme e de sinalização; Normas mais estritas sobre componentes de armas de fogo semi-acabadas; Certificado de utilizador final; Controlos rigorosos das recusas de concessão de autorizações de importação ou exportação.

Informação complementar sobre esta matéria encontra-se disponível [aqui](#) e [aqui](#).

11. COMISSÃO EUROPEIA | PAGAMENTOS IMEDIATOS

A Comissão Europeia adotou uma [proposta legislativa para colocar os pagamentos imediatos em euros](#) à disposição de todos os cidadãos e empresas titulares de uma conta bancária na UE e nos países do EEE, visando assegurar que os pagamentos imediatos em euros sejam acessíveis, seguros e processados sem entraves em toda a UE.

A proposta **altera e moderniza o Regulamento Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA)** de 2012 e os seus quatro requisitos relativos aos pagamentos imediatos em euros:

- Disponibilizar universalmente os pagamentos imediatos em euros;
- Tornar os pagamentos imediatos em euros acessíveis;
- Aumentar a confiança nos pagamentos imediatos;
- Eliminar a fricção no processamento dos pagamentos imediatos em euros, preservando simultaneamente a eficácia da análise das pessoas sujeitas a sanções da UE.

A Comissária a Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais, Mairead McGuinness, referiu sobre esta proposta que «*A passagem de transferências do «dia seguinte» para transferências de «dez segundos» acarreta consequências profundas e é comparável à passagem do correio tradicional para o correio eletrónico. (...) Este mecanismo para enviar e receber dinheiro em segundos é particularmente importante numa altura em que as faturas dos agregados familiares e das PME estão a aumentar e cada cêntimo faz diferença. Esta iniciativa beneficiará diretamente os cidadãos e as empresas da UE.*».

Foi preparada pela Comissão uma [nota informativa com perguntas e respostas sobre este tema](#).

12. COMISSÃO EUROPEIA | NORMAS PARA AR E ÁGUA MAIS LIMPOS

A Comissão Europeia propôs esta semana [normas mais rigorosas em matéria de poluentes do ar ambiente e das águas superficiais e subterrâneas e de tratamento das águas residuais urbanas](#). Estas propostas pretendem contribuir para a realização do objetivo do Pacto Ecológico Europeu de alcançar um ambiente livre de poluição nociva até 2050 e para dar resposta aos pedidos específicos formulados durante a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Foi assim proposta a revisão:

- das [Diretivas Qualidade do Ar](#), procurando harmonizar as normas com as [orientações da Organização Mundial da Saúde](#) e colocar a UE na trajetória certa para alcançar a poluição zero do ar o mais tardar até 2050. A revisão garantirá o direito de compensação a pessoas com problemas de saúde causados pela poluição atmosférica em caso de violação das normas da UE em matéria da qualidade do ar, ações coletivas de compensação pelos danos sofridos, maior clareza no acesso à justiça, sanções eficazes e melhoria da informação do público, deixando ainda ao critério das autoridades nacionais e locais que medidas específicas a adotar para cumprir as normas;

- da [Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas](#) revista, que contribuirá para que os europeus possam usufruir de rios, lagos, águas subterrâneas e mares mais limpos, tornando simultaneamente o tratamento das águas residuais mais eficaz em termos de custos. Diversas melhorias contribuirão para proteger a saúde e o ambiente, como obrigações no sentido de recuperar os nutrientes das águas residuais, novas normas para os micropoluentes e novos requisitos de monitorização para os microplásticos, gestão de chuvas fortes, monitorização sistemática de diversos vírus, como o COV-SARS-19, e da resistência antimicrobiana nas águas residuais, novo regime de responsabilidade alargada do produtor no que respeita a micropoluentes tóxicos detetados nas águas residuais e as potencialidades das águas residuais em matéria de produção de energias renováveis.

Foi também proposta uma atualização das [listas de poluentes presentes nas águas superficiais e subterrâneas](#) que devem ser controlados de forma mais rigorosa.

A Comissão preparou sobre estes temas seções de perguntas e respostas, disponíveis [aqui](#).

13. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Ambiente)

Os ministros do ambiente aprovaram as [conclusões](#) do Conselho que definem a posição de negociação da UE na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27), destacando a ambição de respeitar os objetivos presentes no Acordo de Paris, apelando aos países para apresentarem metas e políticas ambiciosas e renovando o compromisso de continuar a aumentar o financiamento internacional para o clima. Foram também aprovadas as [conclusões](#) que servirão de posição geral de negociação da UE na 15.ª Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade (COP15). Nesta [reunião](#), os ministros realizaram ainda um debate de orientação sobre a [proposta de revisão da Diretiva Emissões Industriais](#), adotaram formalmente um regulamento relativo aos poluentes orgânicos persistentes, uma decisão que autoriza a Comissão a negociar, em nome da UE, um acordo internacional para erradicar a poluição por plásticos e aprovou uma diretiva relativa ao carregador comum. Adotaram um novo ato legislativo da UE que facilita a aquisição e o acesso atempados a medicamentos, vacinas e matérias-primas, ativa o financiamento de emergência e permite a monitorização das instalações de produção em caso de nova crise sanitária, um ato legislativo relativo às "ameaças transfronteiriças para a saúde", um ato reforçado sobre o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e um regulamento que criará uma janela única aduaneira.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Foi adotada nesta [reunião](#) uma orientação geral relativa à proposta que estabelece novos requisitos para o desempenho energético dos edifícios (DDEE) e que procura prever que todos os edifícios novos sejam edifícios com emissões nulas até 2030 e que todos os edifícios existentes sejam transformados em edifícios com emissões nulas até 2050. Esta revisão faz parte do pacote Objetivo 55. Os ministros realizaram também um debate de orientação sobre o [pacote do gás](#) (proposta de diretiva e proposta de regulamento relativos a regras comuns para os mercados internos do gás natural e gases renováveis e do hidrogénio) e a Comissão apresentou a sua proposta de regulamento sobre o [reforço da solidariedade mediante melhor coordenação das aquisições de gás, transferências transfronteiras de gás e índices de referência fiáveis dos preços](#).

14. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana não haverá trabalhos no Parlamento Europeu.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [9 de novembro](#), destacando-se o *pacote sobre segurança e defesa: novo plano de ação sobre mobilidade militar e proposta para uma política de ciberdefesa da UE; Comunicação sobre fertilizantes; Desenvolvimento de normas de emissão pós-Euro 6/VI para automóveis, furgonetas, camiões e autocarros e Revisão da governação económica.*

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 31.10: [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio](#)

Bruxelas | 28 de outubro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).